

# ***Dossiê***

*História e Literatura: um diálogo em  
andamento*



# De vizinhas tricoteiras a companheiras distantes? Alguns apontamentos sobre o debate entre História e Literatura

*From gossiping neighbors to distant companion stars?  
Some notes on the debate between History and Literature*

**Silvana Seabra\***

*Submetido em 30 de março de 2011 e aprovado em 3 de maio de 2011.*

---

## **Resumo:**

O artigo discute o desenvolvimento do modelo-científico da história moderna a fim de apresentar a construção binária que opôs os termos história e literatura. Na sequência, busca-se mostrar os recentes debates, após o *linguistic turn*, com especial atenção ao modelo de *Metahistória*, e as diversas discussões entre literatura e história que se configuram na historiografia: uma história dos textos (Ankersmit) e uma história da leitura (Chartier).

---

## **Palavras-chave:**

História-literatura. Historiografia. Teoria da história.

---

## **Abstract:**

This paper develops a way of building a scientific model of modern history in order to present the binary construction which opposed in different realities the terms - history and literature. It then endeavors to present the recent discussions following the linguistic turn and the consequences for that debate, with special attention to the model proposed by Metahistory, and proceeds to show with an example two current models that emerge in historiography: a history of texts and a history of reading.

---

## **Keywords:**

History-literature. Historiography. Theory of History.

---

\* Mestre em Sociologia da Cultura e Doutora em Literatura Comparada pela UFMG. Professora do Departamento de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas). Contato: seabra@pucminas.br.

A discussão sobre os cruzamentos ou distanciamentos entre história e literatura nos alerta para o quanto a questão, longe de ter tido seu ponto final, continua a rondar as polêmicas epistemológicas, em especial no campo da historiografia. A origem do incômodo situa-se em finais do século XIX, quando a História busca fundar sua autonomia em bases científicas. Neste artigo, delinea-se o processo de formação do campo histórico moderno, no seu afastamento da literatura, e, em seguida, apresentam-se algumas discussões travadas, em especial na segunda metade do século XX. Nosso intento é menos afirmar caminhos ou encontrar respostas do que mostrar a continuidade da literatura na história, que, como um fantasma expulso pela porta dianteira, se esgueira pela traseira.

### *Da ruptura*

Até o século XVIII, história e literatura mantiveram uma relação não problemática. Como gênero literário, a história pertencia ao domínio da literatura ou era atividade de antiquário, associada à erudição. Desses antiquários, segundo Furet<sup>1</sup>, se origina não a história enquanto disciplina, mas o “fato histórico”, como material fundamental para a construção da história moderna dos séculos XIX e XX.

Enquanto o antiquário busca a verdade tentando distinguir, nos textos e documentos, o verdadeiro do falso, o gênero histórico caminha na direção contrária: se define como gênero literário e não faz exigência de provas. Sua versão é uma narrativa que, ao final, promove uma moral. Ela não possui a “[...] rigidez do conteúdo, mas conserva todas as suas regras estéticas e morais. É um trabalho de escritor”<sup>2</sup>.

Nessa tradição, autores como Gibbon e Thierry nunca manifestavam dúvidas ao se definirem como literatos, próximos a uma linhagem clássica, como a épica ou a tragédia.<sup>3</sup> Suas escritas históricas eram vistas mais como uma arte da argumentação e da rerepresentação do que como texto revestido de pretensões investigativas; seus problemas se endereçavam mais à retórica do que à epistemologia. Foi dessa forma que usaram suas escritas em polêmicas políticas. Thierry, por exemplo, defendeu que a história não equivalia ao passado, mas era a construção literária de um escritor altamente engajado na política. No caso francês, essa escrita orientou-se no sentido de aprofundar o singular, mas não

<sup>1</sup> FURET, François. *A oficina da história*. Lisboa: Gradiva, 1986. p. 111.

<sup>2</sup> *Idem*, p. 111.

<sup>3</sup> GOSSMAN, Lionel. *Between history and literature*. Cambridge: [s.n.], 1990. p. 3.

necessariamente marcou ou indicou a futura ruptura entre história e estória.<sup>4</sup>

A separação entre a história-antiquário e a história-literatura (belas-letras) muda seus padrões diferenciais com o advento do Iluminismo e de seu discurso racionalista. Somente ao longo do século XIX é que a história, lentamente, promove sua ruptura com a literatura — expressa também na mesma ordem discursiva de seu tempo —, como uma necessidade do progresso em direção ao conhecimento objetivo. Veja-se, com Orr, como é significativo o verbete da Larousse Enciclopédia:

História e Literatura: ao longo do século XIX, como consequência do progresso da erudição e da preocupação com o rigor crítico, houve uma reversão confirmada no século XX: a solicitação do conhecimento venceu as preocupações estéticas e a história abandonou a literatura no sentido de se tornar uma disciplina autônoma.<sup>5</sup>

Percebe-se que o trecho citado pretende, de fato, registrar e decretar a origem da ruptura como uma necessidade intrínseca da natureza do progresso a partir não do antiquário, mas do abandono das belas-letras. Na referência a uma espécie de luta do conhecimento superior da ciência (real) contra as formas inferiores (ficção), estava dado o primeiro passo para a separação entre história e literatura. No entanto, o verbete não é contemporâneo ao período do qual tratamos e, nesse caso, sua função se inscreve num processo discursivo que decreta uma fundação *a posteriori*. Impregnada do espírito daquilo que veio a ser consagrado como história, tal definição — que é também uma explicação do tipo causa/consequência — promove a ruptura para trás, num movimento aparentemente harmonioso. Por isso, ao contrário do que poderia imaginar um adepto da evolução das ciências, história e literatura não ampliaram suas diferenças, mas mantiveram aqui e ali pontos de uma “delicada relação”.

Embora também na mesma época (século XVIII e início de século XIX) a literatura estivesse se redefinindo, o mal-estar de origem parece incomodar particularmente à história. De fato, preocupada com a fundamentação nos moldes cientificistas da época, a história precisava, antes de tudo, livrar-se de todo caráter ficcional associado à literatura e adquirir um novo estatuto que lhe garantisse o difícil acesso à comprovação, mesmo que indiretamente.

<sup>4</sup> *Idem*.

<sup>5</sup> ORR, Linda. The revenge of literature: a history of history. *New literary of history*, [s.l.], v. 18, n. 1, 1986. p. 2.

O que está em jogo é, sobretudo, uma nova maneira de conceber o “real” ou a “realidade”. Até o início do século XVIII, o “real” não suscita problemas, uma vez que, pensado no quadro escolástico, reflete ou deve refletir um conjunto de “universais” correspondentes à verdade, a qual, por sua vez, não é feita de objetos específicos que podem ser acessados através dos nossos sentidos. Isso explica, em parte, a justaposição entre história e literatura na exata razão em que ambas tratavam da natureza humana, sempre imutável e repetível. Com a ruptura desse tipo de realismo, surge, na literatura, um novo gênero: o romance moderno, dotado de um realismo “formal”, obtido por procedimentos que envolvem um relato mais detalhado dos personagens, de suas individualidades, dos lugares da ação etc., com ênfase na originalidade<sup>6</sup>.

Nesse novo cenário — em cujos bastidores Descartes, Locke, Hume e mesmo Berkeley pensam uma nova filosofia —, a história também se movimenta, mas em outra direção. Afastar-se da literatura significou, para esse saber, o primeiro passo necessário rumo a sua integração ao conjunto das disciplinas científicas. Do “realismo formal” a história rejeitará o “formal” e manterá apenas a ideia de expressar o “real”.

A definição do objeto da história como pertencente ao campo do acontecido parece não ter promovido polêmicas internas. Já o método, que viabilizaria a prática científica nos moldes mais canônicos de uma ciência, dividia os historiadores. De fato, é possível entrever que, mesmo após sua modelação no paradigma cientificista e positivista do século XIX, restava sempre ao conhecimento histórico a discussão sobre sua particularidade no exercício daquele modelo. De um lado, tratava-se da polêmica relativa ao acesso ao passado e de como proceder no caso da impossibilidade do experimento. De outro lado, a discussão desafiava o conhecimento histórico — que se pautava no particular — a formular leis e regras gerais.

Deste impasse é possível afirmar que a formulação da história-disciplina, de pretensões acadêmicas, se apoiou no modelo documental e respondeu aos problemas através do “fato histórico”. Tal proposta não fez desaparecer outras maneiras de se pensar a história, mas, naquilo que diz respeito à sua institucionalização e que será o índice de separação entre tal disciplina e a literatura, parece ser consensual que o “fato histórico”,

<sup>6</sup> O conceito de realismo formal é definido como um conjunto de estratégias que se desenvolve na literatura e que no romance transparece pela narratividade que incorpora o aspecto circunstancial da vida, buscando “[...] fornecer ao leitor detalhes da história, como a individualidade dos agentes envolvidos, as particularidades das épocas e locais de suas ações”. WATT, Ian. *A ascensão do romance*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 31.

consubstanciado no “arquivo”, prevaleceu sobre os demais<sup>7</sup> projetos de se ler e entender a história. A ascensão da história à “ciência-disciplina” não se deu, contudo, de forma rápida.

Com relação ao paradigma positivista, a construção do modelo documental parecia responder às questões mais essenciais, ao mesmo tempo em que permitia aos historiadores aproximarem-se do ideal científico. Assim, tem-se o que é chamado, também em outras áreas, pelo nome geral (e por isso impreciso) de empirismo. Aplicada à história, essa proposição afirma que o que os pesquisadores precisam saber sobre o passado é encontrado num mundo considerado objetivo e totalmente “externo” ao sujeito do conhecimento. Isso significa que a observação da evidência deve ser realizada sem paixão, interesse ou pressuposições. Sem o acesso à evidência, o historiador estaria condenado a voltar ao seio da literatura e a considerar seu texto uma mera ficção. A importância dos documentos e sua crítica são o centro da produção historiográfica e garantem sua imparcialidade.

Junto à abordagem da evidência e de seu papel na construção da disciplina, discutiu-se exaustivamente a natureza da história. Considerada por alguns autores como uma das questões mais importantes para o desenvolvimento da disciplina, as conclusões sobre esse debate promoveram profundas modificações no caráter intrínseco do saber histórico e do papel a ele atribuído em relação às outras esferas do conhecimento. De um lado, tinha-se a proposta posteriormente denominada de historicista e, de outro, a positivista. Ambas postulavam que os acontecimentos se davam numa ordem passível de conhecimento. No entanto, enquanto para os positivistas tal ordem conduzia à descoberta de leis semelhantes às que regem os fenômenos físico-biológicos, para os historicistas, os acontecimentos não deveriam utilizar o método aplicado às ciências físico-naturais e a questão se localizava em outro plano<sup>8</sup>.

Ao lado de duas importantes questões — sobre a natureza do conhecimento e sobre o problema da evidência —, uma terceira permitiria à história fundamentar sua diferença em relação à literatura: o tempo linear. Essa noção, na sua forma moderna, foi estabelecida quando

<sup>7</sup> Seguimos, aqui, o conceito de Kuhn. KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1979. Para outra discussão, ver SANTOS, Boaventura de Souza. *Um discurso sobre as ciências*. 7. ed. Porto: Afrontamento, 1995.

<sup>8</sup> Segundo Iggers, o historicismo era mais do que simples teoria. Significava uma filosofia de vida que associava a ciência dos homens a uma maneira particular de conceber a ordem política e social. Tal perspectiva está profundamente vinculada à visão de história da intelectualidade alemã desde Hegel, e tem em Ranke sua formulação científica mais apurada. IGGERS, Georg. *Historiography in the twentieth century: from scientific objectivity to the postmodern challenge*. Hanover: Wesleyan University Press, 1997.

se abandonou a concepção teleológica. Ranke defendeu que a história deveria entender o passado “como ele realmente se deu” e foi menos um positivista e mais um autor alinhado a uma versão historicista — que, apesar de não se fundir à linhagem hegeliana da Ideia Universal, sustentava que a história tem uma ordem e um sentido passíveis de conhecimento.<sup>9</sup> A insistência em se compreender a história “tal como aconteceu” pode ser interpretada, também, como um apelo contra o anacronismo.

Segundo Ankersmit<sup>10</sup>, a inauguração da linearidade temporal funda o modelo explicativo por excelência advindo do Iluminismo. Tal versão pressupõe dois componentes que não podem ser decompostos e que, juntos, formariam uma espécie de ontologia da escrita da história iluminista. O primeiro deles afirma que o mundo é povoado de coisas materiais que se modificam por causas externas. O segundo, por sua vez, acredita que a mudança pode ser explicada com o auxílio da “linguagem da causalidade”. Por “linguagem da causalidade” compreende-se um objeto que muda e que, ao mudar, causa efeito de mudança. Nesse sentido, a escrita histórica não poderia ser outra senão a da narrativa que predispõe as coisas numa corrente de causa e efeito. Tal estrutura, tida em geral como óbvia, expressa, ao contrário, um tipo específico de ordenação das coisas.

Essa escrita aponta ainda certa naturalização do discurso em consonância com o estabelecimento do objeto proveniente da ordem do “dado”. Assim, os historiadores mais tradicionais tenderam a priorizar os eventos e fatos em detrimento da linguagem que os ordena. No modelo documental, a base da pesquisa é o fato “bruto”, derivado da crítica às fontes, e a proposta de tal historiografia é uma narrativa preenchida por uma descrição densa de fatos documentados ou um registro histórico submetido aos procedimentos de formação hipotética com testes e explicações. Nessa concepção, em que o acento recai sobre o objeto, uma nova interpretação só pode existir quando algum novo documento e/ou informação forem descobertos. De fato, todos os recursos e fontes tendem a ser vistos sob o ângulo de um estreito conceito de documentação. Por decorrência, toda perspectiva com relação à imaginação histórica possui

<sup>9</sup> Sobre Ranke, os estudiosos não são unânimes: “Ranke rejeitou a noção de uma filosofia da história que pressupunha um esquema de história universal, mas nem por isso deixou de defender que a história possuía uma coerência”. IGGERS, Georg. *op. cit.*, p. 4 (tradução da autora). Ver também HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *Ranke*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

<sup>10</sup> ANKERSMIT, F. R. *Historical representation*. Stanford: Stanford University Press, 2001.

uma conotação negativa<sup>11</sup>, bem como, no mesmo diapasão, a linguagem neutra foi considerada “ideal” e não mereceu nenhuma discussão.

Quando ocorre, a discussão sobre a linguagem, em tal historiografia, trata basicamente dos “deslizes” cometidos pelo historiador, mostrando como, conscientemente ou não, o sujeito deixou transparecer alguma ideologia política ou pessoal. Algumas falas sobre a escrita, mesmo no momento de construção do paradigma mais tradicional da história, não podem ser tomadas como uma discussão sobre a linguagem. Em geral, referem-se ao estilo ou à “arte de bem escrever”, o que pode significar, no máximo, o modo de escrita do autor, mas que deve garantir sempre a inteireza do objeto e dos fatos.

Assim, o historicismo oitocentista de Ranke veio fundar, *malgré lui-même*<sup>12</sup>, a história moderna, que se baseia em documentos e análises textuais, separa rigorosamente passado e presente e assume uma visão não teleológica<sup>13</sup> da disciplina.

Os momentos seguintes enfatizam o padrão cientificista da disciplina em detrimento de uma discussão sobre os aspectos mais subjetivos. Na sequência da proposta do *Círculo de Viena*, várias foram as tentativas de construção de uma história com base em leis de caráter universal, padrões de comportamento mensuráveis etc. Os mais significativos trabalhos na área são: *Laws and explanation in history*, de William Dray (1957)<sup>14</sup>; *The function of general laws in history*, de Carl Gustave Hempel (1942)<sup>15</sup>; *Foundation of historical knowledge*, de Walter Bryce Gallie (1964)<sup>16</sup>; *Analytical philosophy of history*, de Arthur Coleman Danto (1967)<sup>17</sup>. Esse debate enfrenta a questão da narrativa e suas consequências no padrão científico, mas, por outro lado, apenas

<sup>11</sup> Sobre a imaginação histórica, ver ANKERSMIT, F. R. *Historical Representation*. Stanford: Stanford University Press, 2001. Ainda sobre a mesma questão, ver AZEVEDO, Danrlei de F.; TEIXEIRA, Felipe. Escrita da história e representação: sobre o papel do sujeito na operação historiográfica. *Topoi*, Rio de Janeiro: v. 9, n. 16, p. 68-90, jan./jun. 2008.

<sup>12</sup> Ranke foi escolhido “pai da ciência histórica moderna” e membro honorário da Associação Histórica Americana, em 1884. A polêmica frase de Ranke acabou por ser adotada como a que inauguraria a ruptura entre a história enquanto literatura ou retórica e a história científica.

<sup>13</sup> No modelo de história mais radicalmente positivista, defendido por Langlois e Seignobos, os fatos poderiam, no máximo, ser agrupados, mas nunca generalizados. Ver MANCERA, Sonia. *Voces y silencios en la historia: siglos XIX y XX*. Ciudad del México: FCE, 1997.

<sup>14</sup> DRAY, William. *Laws and explanation in history*. Oxford: Oxford University Press, 1957.

<sup>15</sup> HEMPEL, Gustave Carl. The function of general laws in history in *The Journal of Philosophy* 34. In: GARDINER, Patrick (Ed.) *Theories of History*. Glencoe: The Free Press, 1961.

<sup>16</sup> GALLIE, William B. *Philosophy and the historical understanding*. London: Chato & Windus, 1964.

<sup>17</sup> DANTO, Arthur C. *Analytical philosophy of history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1965.

tangencia os problemas relativos à literatura ou às questões da linguagem ou da imaginação histórica, para, em seguida, afastá-los. As obras citadas, portanto, não contribuíram para o campo da pesquisa da escrita<sup>18</sup>. Do ponto de vista científico, o projeto era bastante ambicioso (*Covering-law theory*), mas nunca conseguiu o nível de generalização necessário a um modelo baseado em leis com vistas à predição. Embora não tenham resistido por longo tempo, tampouco houve qualquer retração no padrão de cientificidade surgido no século XIX.

Pouco a pouco, foram afastados os tipos de história que não se adequavam ao modelo pretendido. Assim, se a história romântica de Michelet, Guizot ou Thierry continua a ser invocada como obra histórica, é sempre possível atribuir-lhe o papel de pré-ciência. Tal operação permite à história gozar do orgulho da citação sem comprometimento do método. Nesse modelo, a literatura acabou por se assemelhar a uma espécie de “primo pobre” (inferior, menos sério, menos objetivo etc.) da história, mas que, como tal, lhe proporciona referência, mesmo que por negação. A literatura permaneceu implícita, porque toda história, como bem lembra Hayden White, deve ser escrita. Qual o gesto de fundação, a literatura é uma espécie de pesadelo do qual a história busca acordar em vão.<sup>19</sup>

### *Da nova ruptura ou repensando a separação*

As discussões sobre a exata linha que separa a história da literatura acirraram-se nas últimas décadas. As páginas em torno dos debates já somam milhares e sobre alguns autores já se formam fortunas críticas. Parece inegável que um novo abalo se coloca para os historiadores, sobretudo a partir da segunda metade do século XX. Sua força mostra-se tão violenta quanto àquela que se formou nos séculos XVIII e XIX com a defesa de uma história científica. Sobretudo após o chamado *linguistic turn*<sup>20</sup>, parece ter-se esvaído a possibilidade de uma história

<sup>18</sup> ANKERSMIT, F. R. *Knowing and telling the history: the anglo-saxon debate*. Middletown: Wesleyan University, 1986.

<sup>19</sup> ORR, Linda. The revenge of literature: a history of history. *New literary of history*, [s.l.], v. 18, n. 1, 1986.

<sup>20</sup> O termo é atribuído a Richard Rorty, embora este o tenha atribuído ao filósofo australiano Gustav Bergmann. Ver RORTY, Richard. *El giro linguístico: dificultades metafísicas de la filosofía lingüística: seguido de “Diez años después” y de un epílogo del autor a la edición castellana*. Barcelona: I.C.E de la Universidad Autónoma de Barcelona, 1990; MUNSLOW, Alan. *The routledge companion to historical studies*. New York: Routledge, 2000; RABINOW, Paul; SULLIVAN, William. The interpretative turn: the emergence of an approach. In: RABINOW, Paul; SULLIVAN, William (Ed.). *Interpretative social science: a reader*. Berkeley: University of California Press, 1979.

que caminhasse serena para sua crescente transparência. As recentes discussões apontam na direção contrária, afirmando a impossibilidade absoluta de um projeto como o da história positivista. A crise que se abate sobre a história não é exclusividade sua e se insere numa discussão mais ampla sobre a crise do paradigma ocidental.<sup>21</sup>

Segundo Ankersmit<sup>22</sup>, a “[...] filosofia do século XX é fascinada pelo fenômeno da linguagem”. Com o *Círculo de Viena*, já no início do século XX, os neopositivistas centraram-se na possibilidade de transformar a linguagem numa matriz lógica para o resto do conhecimento humano.

No que tange à história, não foi diferente. O modelo aqui chamado documental pode ser dominante na medida em que foi difundido nas universidades e centros de pesquisas, mas não significou a inexistência de outras vozes. À época mesma da construção do modelo, outro, contemporâneo a ele, se fazia. Trata-se de uma história hermenêutica que nasce exatamente do desconforto provocado pela proposição de uma ciência única para todos os campos do conhecimento. Inicialmente voltada para a leitura de textos sagrados e clássicos, a hermenêutica é uma espécie de técnica e não uma ciência ou uma proposta filosófica. Bem mais tarde, com Schleiermacher, no século XIX, e depois com Heidegger, Betti, Gadamer e Ricouer, no século XX, a hermenêutica sofre uma verdadeira inflexão; deixa de ser uma espécie de propedêutica e se torna uma teoria geral da interpretação, que opera sobre o elemento da linguagem para fixar seu sentido verdadeiro ou primeiro. A hermenêutica, como proposta científica voltada à história, será levada à frente por Dilthey, embora tenha sido Schleiermacher quem proporciona condições epistemológicas para isso, ao estabelecer uma hermenêutica universal — aquela que se aplica a todos os textos e não apenas aos sagrados ou aos escritos. As afirmações de Dilthey configuravam, antes de tudo, uma epistemologia. Na base do projeto está a afirmação de que as ciências humanas, ou “ciências do espírito”<sup>23</sup>, podem ser compreendidas, mas não explicadas. O conceito de compreensão é fundante para Dilthey e para toda a escola historicista (Schleiermacher, Droysen, Weber, Humboldt, entre outros). A questão da metodologia, para a história, se resolvia de forma particular: nem ciência positivista, nem idealismo absoluto. Para a história, deverá ser aplicada a mesma máxima que Schleiermacher invocou para sua proposta de hermenêutica universal: a de “compreender um autor tão bem ou melhor do que ele se compreendeu a si mesmo”.

<sup>21</sup> LYOTARD, Jean-François. *O pós-moderno*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

<sup>22</sup> ANKERSMIT, F. R. *History and tropology: the rise and fall of metaphor*. Berkley, Los Angeles, London: University of California Press, 1994. p. 1

<sup>23</sup> Denominação que pertence à tradição alemã e, em especial, ao historicismo.

De certa forma, a frase deflagra a possibilidade da equivalência entre a interpretação de um texto e da história enquanto processo.

De toda essa tarefa importa assinalar que o elemento mais resultante, o mediador, será o *texto*, que é ao mesmo tempo onde se pode ver e ler o paradigma da história. Se, para o modelo positivista de busca de conhecimento, a linguagem é homogênea ao pensamento e este, por sua vez, revela ou reproduz a “coisa”, na hermenêutica, diferentemente, parte-se do pressuposto de que “[...] subsiste um hiato entre o pensamento e a linguagem e que é esse hiato que autoriza e exige o exercício da interpretação que vai preencher as lacunas, eliminar os vazios e afastar os pontos obscuros dos textos”.<sup>24</sup>

A pequena incursão à hermenêutica cabe para informar outro tipo de história, outra possibilidade. Assim, a hermenêutica, independentemente de se tornar hegemônica nos termos do paradigma kuhniano, indiscutivelmente promoveu uma contribuição persistente de forma mais ou menos indireta. Um estudo de filiação historiográfica mostra que a hermenêutica está embutida nos principais autores e correntes da historiografia contemporânea (Humboldt, Weber, Sérgio Buarque de Holanda). Sendo afirmada ou recusada, a hermenêutica marca sua presença. Nesse sentido, a negação é sinal não menos importante do que a afirmação.

Também nos primeiros embates do início do século passado, a história tradicional foi atacada em um de seus pilares pelos *Annales*, que, embora não desferissem nenhuma crítica ou formulação direta à questão da linguagem, já demonstravam a impossibilidade de uma história imparcial, que teria como lugar a escrita.

Porém, o maior abalo à história viria com Hayden White (1991, no Brasil), no seu livro *Metahistory*, publicado em 1973. White pode ser posto ao lado de Roland Barthes, que já havia produzido, em 1967, um texto bastante polêmico, *O discurso da história*, no qual atingia fortemente as bases da legitimidade epistemológica da disciplina da história. Contudo, Barthes não causou o mesmo efeito de White na comunidade dos historiadores, provavelmente por sua análise estrutural concluir pelo caráter “impostor” do texto histórico. Independentemente do seu conteúdo, das fontes ou do estilo, Barthes atribuiu a veracidade do texto histórico a uma estratégia textual que denominou de “efeito do real”. Em primeiro lugar, o constructo tem uma base social que poderia ser caracterizada como o paradigma da ciência, no sentido kuhniano. Nele,

<sup>24</sup> DOMINGUES, Ivan. *Epistemologia das ciências humanas*. Tomo 1: positivismo e hermenêutica – Durkheim e Weber. São Paulo: Loyola, 2004. p. 358.

o historiador inscreveu sua legitimidade. Para melhor compreensão, basta usar o exemplo da literatura — o da “suspensão do real” — e invertê-lo. Em outras palavras, os leitores tendem a acreditar nos textos de história, dado que são assim nomeados.

Stephen Bann comenta que o historiador contemporâneo alcançou tamanha legitimidade que se dispensa do *exordium* e diz apenas: “Por que razão engendro essa história?”<sup>25</sup> A resposta é, muito simplesmente, “porque sou um historiador”. Seguem-se a isso a ausência dos signos do enunciador e a exclusão do “eu” do texto, que promovem a sensação de onisciência e objetividade. Assim, quando diante de um texto histórico profissional, o leitor tende a firmar com ele o “pacto” de acreditar no que lê, numa atitude aparentemente inversa à “suspensão do real”. Portanto, mesmo que um livro de história não proponha situações do *absurdum* (como as do realismo mágico), o crédito não deriva dessa similaridade com a vida ou com a efetiva existência dos nomes de pessoas e lugares citados. O leitor é levado a acreditar no que lê porque a disciplina histórica se consolidou ao longo da história como ciência oposta à ficção. Bann afirma que o leitor pactua e acredita no historiador porque este assim se anuncia e isso basta. Por fim, voltando a Barthes, o fato histórico é antes de tudo um fato linguístico, na medida em que se pretende reflexo de algo fora do texto.

As afirmações de Barthes podem ser provocativas (quando associadas às premissas que ele mesmo propõe), mas já se mostraram ineficazes para explicar a sedução que muitas obras históricas continuam a exercer e que certamente não se deve à veracidade, nem se prende ao princípio da autoridade<sup>26</sup>. Também do ponto de vista lógico, muitos autores questionaram as conclusões de Barthes quando aplicadas ao domínio da história. Ankersmit<sup>27</sup> argumenta que uma semiologia da história é mais complexa do que uma semiologia da linguagem, à qual não pode ser reduzida ou confundida, como imaginou Barthes. Na escrita da história, os sinais da linguagem se tornam significantes num sistema secundário elaborado pelo historiador. O que já possui sentido

<sup>25</sup> BANN, Stephen. *Romanticism and the rise of history*. New York: Twayne; Toronto: Maxwell Macmillan Canada, 1994. p. 79.

<sup>26</sup> Especialmente polêmica é a inclusão do texto histórico e do romance realista do século XIX no mesmo patamar, em razão do “efeito do real” que propiciam. Isso significa desconsiderar as bases de construção de ambos os textos, num movimento igualmente perigoso, desqualificam-se as bases de criação do romance realista do século XIX. Sobre o realismo e suas bases filosóficas, ver WATT, Ian. *A ascensão do romance*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990. p. 31.

<sup>27</sup> ANKERSMIT, F. R. The reality affect in the writing of history: the dynamics of historiographical topology. In ANKERSMIT, F. R. *History and tropology: the rise and fall of metaphor*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1994.

no nível da linguagem se torna novamente uma forma vazia, até que seja trazida para dentro de uma relação com o historicamente significativo, constituindo um novo sinal num diferente nível de sentido. Barthes tem sido criticado também pelos pós-modernos, que veem, em sua teoria sobre o “efeito do real”, a afirmação indireta de que o texto histórico é cópia de outra existência situada num campo extra-estrutural, nomeado “real”.

Assim, segundo Ankersmit<sup>28</sup>, o que o texto de Barthes produziu foi uma drástica redução do texto histórico. Por outro lado, *O discurso da história* e *O efeito do real* transferiram a discussão para um campo em que a história não tinha argumentos disponíveis. O cuidado com as fronteiras disciplinares e as lutas internas resultantes desses debates podem ser apontados como algumas das razões pelas quais, talvez, Barthes não provocou muito impacto no campo da história. O mesmo não se deu com *Metahistória*.

Hayden White<sup>29</sup> promoveu não só um significativo movimento no domínio da prática histórica, mas também uma razoável fortuna crítica posterior. Em torno de *Metahistória* organizaram-se simpósios, números temáticos de revistas e uma quantidade expressiva de respostas provocativas. Em geral, White foi lido como um autor que reorientou a história para o seu “nicho” inicial, a literatura. Segundo White, toda a história contém um elemento de “Ficção”, “ficção” usada em seu sentido original, como algo que foi “feito” e não “encontrado”.<sup>30</sup> Nas palavras de LaCapra<sup>31</sup>, em *Metahistória* se encontra uma função da consciência do historiador, identificada com a *poiesis*, em contraste com a função mimética da epistemologia comum ao positivismo e à narrativa tradicional.

Em linhas gerais, White produziu uma categorização de modos discursivos da história e uma noção de enredo baseando-se em Northrop Frye<sup>32</sup>. Limitados e arquetípicos, na sua forma de trama, os modos romântico, trágico, cômico e satírico são conjugados aos modos de enredo em efeitos retóricos (tropos) — metáfora, metonímia, sinédoque e ironia — e White os arranja em quatro tipos de argumento: formalista, mecanicista, organicista e contextualista. As formas de trama não são totalmente inconscientes aos historiadores e revelam, antes de tudo, o

<sup>28</sup> ANKERSMIT, F. R. *idem*.

<sup>29</sup> WHITE, Hayden. *Metahistória*. São Paulo: EDUSP, 1991.

<sup>30</sup> *Idem*.

<sup>31</sup> LACAPRA, Dominick. A Poetics of historiography; Hayden White’s Tropics of discourse. In: LACAPRA, Dominick. *Rethinking intellectual history; texts, contexts, language*. Ithaca: Cornell University Press, 1985.

<sup>32</sup> FRYE, Northrop. *Anatomia da crítica*: quatro ensaios. São Paulo: Cultrix, 1973.

partilhamento da visão de mundo entre o autor e seu público. Tais modos são associados a quatro formas de ideologia: anarquismo, radicalismo, conservadorismo, liberalismo.<sup>33</sup>

As associações estão sempre garantidas na ordem da própria escrita e os vários componentes de uma estória que a transformam em história dependem da articulação que o historiador faz dos acontecimentos, seja por “[...] supressão ou subordinação de alguns deles e pelo realce de outros, por caracterização, repetição de motivo, variação de tom e do ponto de vista, estratégias descritivas alternativas e assim por diante”.<sup>34</sup> Aqui, a questão que se apresenta é da familiaridade da formação discursiva, o que permite que o leitor se reconheça linguisticamente. Tal característica enfatiza o lado interpretativo e cultural de *Metahistória*. De fato, com esse movimento, White rompeu com a escola tradicional clássica: o que está em discussão não é mais o aspecto documental da prova, e sim os itens instrumentais na ordem da estrutura da escrita.

Em relação ao paradigma cujo centro era o arquivo, *Meta história* delineou um novo cenário para a discussão histórica. Contudo, também é importante observar que White, embora discutindo o tema da imaginação histórica, reconstruiu a objetividade do discurso histórico num outro lugar: na metalinguagem extraída da teoria dos tropos. À comunidade de historiadores, esse intento pareceu quase despercebido, uma vez que são balizados pela vertente documental e pouco familiarizados com as discussões da linguística.

Passados tantos anos, pode-se afirmar que o importante no trabalho de White parece ser menos a sua proposição protocolar linguística dos tropos e mais seus *insights*. Suas análises sobre os historiadores do século XIX são dotadas de uma forte dose de imaginação histórica, em termos muito mais subjetivos e mais literários do que seu próprio arcabouço teórico. Além disso, suas conclusões demarcaram um intenso debate sobre a presença da linguagem na história.

É inegável que a fronteira entre literatura e história, tal qual foi desenhada pelos historiadores ao longo do século XIX, não se sustentava mais. Não se trata, contudo, de um retorno ingênuo ao passado. Relendo o seu trabalho, uma nota de rodapé é instigante. Ao comentar as filiações de seu método, White escreve: “Eu, de certa forma, invertei a formulação deles. Eles perguntaram: quais são os componentes ‘históricos’ de uma

<sup>33</sup> White explica seu conceito de ideologia à luz do conceito sociológico de Mannheim. MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*: introdução à sociologia do conhecimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1972. Ver WHITE, Hayden. *Metahistória*. São Paulo: EDUSP, 1991, p. 37-43.

<sup>34</sup> WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso*. São Paulo: EDUSP, 1994. p. 100.

arte realista? Eu pergunto: quais são os elementos ‘artísticos’ de uma historiografia ‘realista?’<sup>35</sup>

### *Questões em análise*

A apresentação dos modelos de história teve como objetivo discutir suas versões mais significativas e demonstrar, primeiro, a ruptura que se deu entre a literatura e a história e, segundo, que, apesar disso, a literatura permaneceu como uma espécie de pendência epistemológica. De fato, ao recusar a literatura como componente da história, o modelo acabou atribuindo também à linguagem um papel secundário, não mais que um meio “não problemático” entre o mundo das coisas — o real — e aquilo que se conhece dele. Ao abordar o modelo da história hermenêutica, duas questões veem à tona, advindas de uma espécie de comparativismo (embora não tenha sido essa a intenção). Por um lado, a história hermenêutica nos fornece uma possibilidade oposta ao modelo que aqui descrevemos como vencedor: o modelo do “arquivo”; mesmo parecendo um truísmo, a formulação não deixa de ser importante. Por outro lado, a história, pensada nos termos da hermenêutica, parece ter sido um bom “reservatório de perguntas” ao modelo documental, retomadas num momento em que vários autores não se cansam de qualificar como um “momento de crise”. As reflexões que marcaram tal momento (maiores ou menores), no domínio da disciplina da história, fizeram notar o profundo mal estar que, de certa forma, mantivera-se sob controle no modelo mais documental. Trata-se da discussão sobre o estatuto da linguagem, escrita e também das discussões derivadas sobre o papel do historiador como autor.

O texto de Barthes, de 1969, e o de White, de 1973, podem ser inscritos nesse quadro. Em ambos o ponto crucial não é outro senão o reconhecimento do papel da linguagem como construtora da realidade e não mais como meio neutro e passivo. Trata-se daquilo que Kellner<sup>36</sup> chamou de “ansiedade triangular”, a ser enfrentada, segundo ele, por uma espécie de “comportamento desviante”.<sup>37</sup>

<sup>35</sup> *Idem.* p. 19, nota 4.

<sup>36</sup> KELLNER, Hans. *Language and historical representation: getting the story crooked*. Madison: Wisconsin University Press, 1989.

<sup>37</sup> Contida no próprio título da obra de Kellner, *Language and the historical representation: getting the story crooked*, a palavra *crooked* pode ser traduzida como “não honesta”, “desviante”, “não linear”, e aponta para uma nova prática de leitura, que “significa olhar para o texto histórico de maneira a tornar mais visíveis os problemas e decisões que conformam suas estratégias, por mais ocultas que possam estar”. KELLNER, Hans. *op. cit.*

Nesse quadro, as discussões sobre o par literatura-história se colocaram de forma mais intensa à historiografia. A capacidade da linguagem em construir a realidade, mais do que refleti-la, a discussão sobre a “morte do autor” (Roland Barthes e Foucault nos anos 1960) e a indeterminação do sentido haviam colocado o conceito de realidade sob suspeição ao minar toda a noção de uma realidade social anterior ao contexto no qual as ideias surgem. Em outros termos, o que os pós-estruturalistas questionam não é apenas um detalhe, mas um dos pilares da historiografia.

Um questionamento mais centrado no par história-literatura só pôde ser realizado após uma espécie de abalo epistemológico que venceu o olhar que classificava a presença do autor ou como “falha” ou como literato (nesse caso, no sentido de uma autoria indesejada). Com o *linguistic turn*, o domínio dos estudos literários foi também incorporado, não mais como um “primo pobre”, mas em equiparação teórica. O resultado para a historiografia seria, de imediato, observar que se abriria outra frente de discussão: se antes a historiografia estava mais próxima de uma sociologia do conhecimento — que explica o texto a partir das “filiações” rastreadas no contexto do autor ou numa leitura social das biografias, das histórias de instituições, publicações, ou ainda nas relações entre o autor com seu público (estudos sobre a recepção) —, agora se trata, sobretudo, de observar o texto, o contexto como texto, uma abordagem talvez menos dialética e mais dialógica<sup>38</sup>.

A reivindicação é bastante distinta. No primeiro caso, diríamos que se trata, ainda, de uma tentativa de explicar o texto, enquanto, no segundo caso, tentaríamos compreendê-lo. Essa proposição pode ser entendida nas palavras de Dominick LaCapra quando considera que o texto é sempre um espaço tenso, que requer não só um bom autor, mas também um bom leitor, sobretudo um que seja paciente. Acrescente-se a essa caracterização, que a tensão não é um problema, mas um ganho<sup>39</sup>. Se num primeiro momento o texto literário e o texto historiográfico parecem igualar-se, LaCapra recupera a distinção entre os dois *topoi* ao reparar que “ele [o texto histórico] deve se ater aos fatos, especialmente quando

<sup>38</sup> Interessante notar que em texto de 1967, Antonio Candido já apontava para os limites de uma sociologia da literatura e para as armadilhas do contextualismo. Fará também uma crítica ao processo de leitura estruturalista textualista. Ver CANDIDO, Antônio. *Literatura e sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006. p. 13-49. Aqui nos remetemos, diferentemente, a uma nova abordagem cuja matriz pode ser encontrada em Bakhtin. Ver, em especial, LACAPRA, Dominick. *Rethinking intellectual history: texts, contexts, language*. Ithaca: Cornell University Press, 1983.

<sup>39</sup> LACAPRA, Dominick. *op. cit.*

estes testam e contestam suas próprias convicções e desejos (incluindo o desejo por um quadro de referência inteiramente unificado)<sup>40</sup>.

No caso de uma perspectiva que explique os textos, estamos sempre às voltas com categorias externas a eles, que tentam, através dessa separação, promover uma melhor explicação. Numa história dos textos, o texto parece ganhar uma importância interna significativa<sup>41</sup>, retornando-se, assim, às proximidades da hermenêutica, dentro do que Ricoeur chamou de um “conflito de interpretações”<sup>42</sup>.

Em outras palavras, enquanto na primeira acepção historiográfica se discutiria o par história-literatura — tentando relacioná-la ao registro da experiência de época, de um grupo ou mesmo de uma classe, ou mesmo numa forma mais contemporânea da crítica foucaultiana a uma forma discursiva<sup>43</sup> —, não houve uma discussão sobre o texto como entidade complexa que se desdiz, com contestações internas, que longe de ser confrontado com um material, (arquivo) deve ser criticamente analisado como fala (Freud).

Por fim, seria possível apresentar dois caminhos exemplares dessas abordagens por meio de dois ensaios. Os dois textos estão separados no tempo por 10 anos. O primeiro é de Chartier<sup>44</sup> e o segundo de Ankersmit<sup>45</sup>. No primeiro, apresentado como proposta para debate e intitulado “Literatura e história”, o autor persegue a questão de maneira rigorosa, como lhe é própria, através da escolha de uma história que busca:

[...] identificar histórica e morfologicamente as diferentes modalidades da inscrição e da transmissão dos discursos e, assim, de reconhecer a pluralidade das operações e dos atores implicados tanto na produção e publicação de qualquer texto, como nos efeitos produzidos pelas formas materiais dos discursos sobre a construção de seu sentido<sup>46</sup>.

<sup>40</sup> *Idem*, p. 63.

<sup>41</sup> Devemos apenas lembrar que estamos distantes do textualismo derridiano.

<sup>42</sup> RICOEUR, Paul. O conflito das Interpretações. Porto: Editora Rés, 1980.

<sup>43</sup> As discussões sobre Foucault são profundamente diversas das colocadas aqui. Se as nivelamos é em função do par história-literatura. Para uma discussão pormenorizada, sugerimos a leitura de LACAPRA, Dominick. *op. cit.*, p. 50-51.

<sup>44</sup> CHARTIER, Roger. Literatura e história. *Topoi*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 197-216, jan./dez. 2000.

<sup>45</sup> ANKERSMIT, Frank. Truth in history and literature. 2009. In: [http://www.culturalhistorica.es/ankersmit/truth\\_in\\_literature\\_and\\_history.pdf](http://www.culturalhistorica.es/ankersmit/truth_in_literature_and_history.pdf) (acesso em: 08 agosto 2011).

<sup>46</sup> CHARTIER, *op. cit.*, p.197.

Nesse caso, Chartier trata de acompanhar a lógica dos discursos, propondo que se identifiquem os mecanismos nas suas transmissões, bem como se identifiquem os sujeitos envolvidos nessa produção e transmissão. Contudo, para além dessa primeira motivação, Chartier pretende, ainda, retirar do procedimento próprio à literatura um aprendizado estético dos processos literários “de uma representação aguda e original”, mas que ele também localiza nos seus “mecanismos que regem a produção e transmissão”. A construção da literatura se encontra, segundo o autor, não só na escritura, mas também no seu objeto concreto: no texto, e também na leitura. Esses três momentos interligados se caracterizariam como uma instituição. Na sequência de sua exposição o Chartier, centra especificamente na categoria de autor e obra, com especial atenção à primeira noção.

É ali onde se fixam as categorias fundamentais que organizam a ordem do discurso literário moderno, tal como Foucault o caracterizou em dois textos célebres, *Qu'est-ce qu'un auteur?* e *L'ordre du discours: o conceito de obra*, com seus critérios de unidade, coerência e persistência; a categoria de autor, que faz com que a obra seja atribuída a um nome próprio; e, por último, o comentário, identificado com o trabalho de leitura e interpretação que traz à luz a significação já presente de um texto.<sup>47</sup>

A leitura toma Borges como exemplo, não como sujeito social, mas como *persona*, função de outro: o escritor. Borges desaparece enquanto indivíduo para dar lugar a outro: um ator-Borges, este função-autor.

Assim, de maneira enfática, Chartier está desenvolvendo uma análise do autor, mas seu objetivo é chegar ao mecanismo pelo qual leitores e autores se convertem em um par insolúvel e ao mesmo tempo misterioso, que seria o lugar marcante da arte do texto. Contudo, tal arte é também desconstruída por Chartier, na medida em que seu argumento tenta demonstrar que a escrita borgeana é mobilizada com a maestria dos códigos da convenção, ao mesmo tempo em que o autor (Chartier) demonstra a consciência da instabilidade entre o “eu” Borges e um eu “autor”. De fato, o texto promove a aproximação da literatura e da história, considerando-se as formas como um texto se relaciona com seu público. Chama-se atenção para a forma como qualquer texto está submetido às normas de circulação e transmissão. Contudo, não há sugestão sobre a figura do historiador como correlato ao autor ficcional. Mesmo considerando que os leitores de história pudessem se portar como leitores de literatura, em que medida e onde estariam os lugares textuais desse pacto? A leitura de Borges é genial para a história, mas em que

<sup>47</sup> *Idem*, p.198.

medida não poderiam ser problematizadas inversamente pela crítica literária? Assim, o texto de Chartier é uma boa porta de entrada para a literatura, mas não há volta para a história e seu espaço é uma leitura foucaultiana sobre Borges.

Afinal, a pergunta sobre *o que é um leitor* e *que quem somos como leitores* parece obscurecer qualquer efetiva discussão epistemológica que incida mais diretamente sobre as questões colocadas sobre o modelo que levou a opor literatura e ficção de maneira tão díspare. De outra forma, é possível afirmar que a pergunta de Chartier pode ser respondida por meio da lógica da sociologia da literatura, à maneira descrita por Antonio Candido na década de 1960<sup>48</sup>.

O texto de Ankersmit se inscreve num modelo diferente. Buscando discutir também a literatura e a história, o autor toma a categoria de verdade como a questão substantiva e relevante de seu questionamento. Contudo, se usualmente nos acostumamos às comparações entre literatura e história para chegar à conclusão de que os *topoi* são obviamente diversos, Ankersmit nos poupa desse lugar tomando tal discussão como fato dado. Sua questão é de outra natureza: quer perguntar “como se manifesta a verdade, respectivamente, na história e na literatura assumindo o pressuposto de que cada uma das duas exemplifica uma forma específica de verdade”<sup>49</sup>. Na sequência, Ankersmit explicita ao que se refere quando afirma “verdade da literatura”. Nesse momento, dissolve o possível mal-entendido que poderia estar facilmente instalado na nossa formação de historiador ao imaginar a versão pela qual sempre podemos ver a literatura como uma “fonte”. Afinal, somos ensinados a ver, na literatura, a representação do mundo, *mimesis*, e, sendo assim, poderíamos pensar em ascender ao “real” dentro de outra forma, transformando a literatura em documento. Segundo Ankersmit, a literatura nos ensina outra verdade, uma verdade de outra natureza.

Partindo de um momento anterior à montagem da história-ciência para um tempo em que linguagem e mundo não se separavam de maneira tão drástica, Ankersmit nos remete a Foucault, não o citado por Chartier

<sup>48</sup> Embora a conceituação de Candido talvez seja mais restrita que a de Chartier, as duas se encontram em função de uma preocupação insistente sobre o condicionamento da obra. Nesse caso, Chartier poderia ser visto como um especialista em uma questão bastante particular desse condicionamento: a questão da leitura e do público. Contudo, não é possível vê-lo como um autor no plano epistemológico. CANDIDO, Antonio. *Crítica e sociologia*. In: CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2002. p. 1-7.

<sup>49</sup> [...] how truth manifests itself in respectively history and literature assuming the assumption that each of the two exemplifies a specific form of truth”. ANKERSMIT, F. 2009. *op. cit.*, p. 2 (tradução da autora)

(*Qu'est-ce qu'un auteur?*), mas em *As palavras e as coisas*. De certa maneira, Ankersmit retoma a construção do modelo arquivista, num momento anterior ao século XVIII, no qual literatura e história ainda não tomavam espaços separados e opostos. Ao discutir o romance do século XIX através de Flaubert, em especial com *Madame Bovary* e Frédéric Moreau, o personagem principal de *Educação Sentimental*,<sup>50</sup> Ankersmit argumenta que estes personagens têm suas vidas (ficcionais) alteradas em função de suas criações de mundo, em muito sugeridas pelas leituras de romances. O que está em movimento é a alteração dos indivíduos, a mudança de suas verdades em função da adoção de novas verdades adquiridas pela proliferação das ideias espalhadas pelos livros, romances. Seguindo o exemplo sugerido pelo próprio autor, Quixote leu um mundo novo a partir de uma episteme clássica; seu mundo é um mundo equivocados, confuso. No caso de *Madame Bovary*, afirma Ankersmit, a imaginação da personagem é uma segunda camada, porque continua a existir um mundo considerado “real” e, nesse sentido, a personagem de Flaubert nos indica que escolheu a recusa da vida real, preferiu pela sua vida outra, que se acaba no suicídio. As conclusões a se tirar são várias, mas indicaremos apenas uma delas. A perspectiva de que uma existência de “dentro para fora”, como escolha, uma recusa de um tipo de verdade que pode acontecer, leva Ankersmit a colocar as discussões de Freud como uma referência crucial para discutir literatura e história no cruzamento da ficção (irreal) com a realidade.

Tomando a construção psicanalítica, o autor sugere que as conclusões de Freud se aproximam de afirmações contidas em Foucault a respeito de um mundo em que a linguagem não era regida pelo princípio do “real”: o mundo anterior ao século XVII. Na psicanálise, assim como naquele mundo regido pela indistinção entre palavras e coisas, não há correspondência direta entre real e memória ou representação. Toda lembrança é vestígio que carece de interpretação; nada é revelador em si, tudo é duplicamento. Em outras palavras, os sujeitos em análise apreendem que viveram e vivem por suas narrativas; independentemente de serem verdades ou não, elas se tornaram reais como orientadoras de conduta e dotadas de sentido. Objetos linguísticos não se referem à realidade, mas formam uma segunda realidade que simboliza o primeiro. Entender que o primeiro não é necessariamente “a verdade” significa, então, que este ponto foi interpretado como realidade e, como tal, pode guiar uma trilha, ou caminho, para uma redescoberta ou outra narrativa que pode se tornar uma alternativa ao ponto neurótico. Traduzindo essa discussão para a tarefa da história, Ankersmit sugere que, na história, não

<sup>50</sup> FLAUBERT, Gustave. *A educação sentimental*. São Paulo: Nova Alexandria, 2009.

podemos afirmar, com certeza, qual é a verdade histórica. No máximo, podemos estar com aquilo que é *indicado* em fato (realidade). Tal realidade (evento, fato) nos chega sempre através da interpretação (linguagem). De qualquer modo, nunca teremos acesso ao que realmente aconteceu, já que “o que realmente aconteceu” sempre estará no nível da linguagem. Assim, as formas do real e da ficção se embaralham como em Quixote; um mundo interpretado a partir de outro, ou como sobreposição, no caso de Madame Bovary.

É possível lembrar que há uma diferença enorme entre um neurótico e um psicótico, no sentido da construção do mundo/realidade, mas seria impossível não concordar que vivemos pelas nossas construções mentais<sup>51</sup>. Também é fato que a conclusão do autor é quase uma suspensão de “sessão” (Freud) para o leitor, que é levado a pensar sobre a proximidade entre linguagem e realidade da história, da literatura e da psicanálise sem que se chegue à uma conclusão final.

Seguir os dois textos nos permitiu acompanhar um pouco das atuais tendências que surgem do debate história-literatura. Autores de uma mesma época, com as mesmas referências teóricas, produzem abordagens enfaticamente diversas. Chartier, em sua tradição analítica, discute uma “representação aguda e original dos próprios mecanismos que regem a produção e transmissão do mistério estético”<sup>52</sup>. Ao buscar em Foucault seu ponto referência, questiona-se como a matriz analítica de Chartier se reconstrói em afirmações bem mais apropriadas a uma visão sociológica da leitura. Por outro lado, o trabalho do autor, sobretudo em trecho sobre Borges, abre possibilidades de abordagem que parecem estar além daquelas contidas em sua intenção. Essa característica pode ser percebida pelo movimento de abertura crescente de citações, sem um efetivo desenlace, e que termina numa pergunta interruptora, quase abrupta, diante de observações e citações tão argutas. Nesse sentido, esse é um texto cujas tensões internas poderiam ainda ser exploradas como um fluxo de dizeres não necessariamente contraditórios.

Já Ankersmit, embora ainda seja um desconhecido entre nós<sup>53</sup>, faz análise que, pode-se dizer, reverte as usuais ponderações sobre a noção de

<sup>51</sup> Para a historiografia esse ponto seria merecedor de uma outra longa discussão, contudo os limites do debate aqui instaurado nos permite apenas lançar o problema. Ver DARNTON, Robert. Que a Polônia seja Polônia. IN: *O Beijo de Lamourette*: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

<sup>52</sup> CHARTIER, *op. cit.*, p. 197.

<sup>53</sup> Os textos de Ankersmit começam a ser traduzidos lentamente e seu nome é, aos poucos, incluído nos círculos de discussão historiográfica nacional. A *Revista Topoi* traduziu um de seus textos mais importantes, bem como a polêmica que se seguiu a ele, promovida por Zagorin. Ver *Topoi*, Rio de Janeiro, n. 2, jan./jun. 2001. Disponível em: <[http://www.revistatopoi.org/numeros\\_anteriores/topoi02.htm](http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi02.htm)>. Acesso em 23.mai.2011.

verdade em história. No caso do texto aqui escolhido, temos um exemplo da sua ousadia em termos epistemológicos. Ao dotar o termo “verdade” de uma qualificação mais relativa, Ankersmit autoriza ver verdades na literatura assim como na história, e torna aquilo que seria um truísmo um bom ponto de partida para um diálogo entre história e literatura. Afinal, como ele mesmo afirma, “difícilmente, hoje, alguém contestaria algo como o fato de que existe uma verdade literária”.<sup>54</sup> Obviamente, Ankersmit se dirige à capacidade intrínseca de atingir uma verdade de cunho subjetivo e pessoal que a literatura sempre possuiu.

Vale a pena lembrar, com LaCapra<sup>55</sup>, que, embora pareça ser um *tour de force* apenas para a história, discutir as questões relativas ao “real” significa também revolver o terreno do campo literário. Isso se dá em função de que todos os conceitos binários são compostos por oposição valorativa. Assim, se espera (e isso já se pode verificar) que a discussão será muito mais impactante e significará uma modificação e embaralhamento daquilo que comumente alcunhamos no par história-literatura. Uma das conclusões inevitáveis é o reconhecimento de que teremos que rediscutir não apenas literatura e história, mas também o par “ficção e real”.

<sup>54</sup> ANKERSMIT, F. 2009. *op. cit.*, p. 1.(tradução da autora)

<sup>55</sup> LACAPRA, Dominick. *op. cit.*, p. 57-58.

